

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL: SOBRE O SEGUNDO VOLUME, CLASSES DE PALAVRAS E AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS

Ataliba T. de CASTILHO¹

- RESUMO: Relaciono neste artigo os principais fundamentos teóricos que embasaram os capítulos do volume II da Gramática do português culto falado no Brasil, dedicado às classes de palavras e às construções gramaticais.
- PALAVRAS-CHAVE: Gramática; língua falada; funcionalismo.

Introdução: o volume II e os estudos funcionalistas no Brasil

Com este número, a revista *Alfa* atinge definitivamente sua maioridade, como a Revista de Lingüística da Universidade Estadual Paulista.

Particpei de sua trajetória, como seu primeiro Diretor, durante o período de 1962 a 1975, quando a *Alfa* estava ligada ao Departamento de Letras da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, posteriormente incorporada à Unesp.

A idéia de sua publicação veio do Prof. Massaud Moisés, então Diretor da Faculdade. Durante esse período, publiquei 19 números da revista, dois deles dedicados aos Profs. Robert Henri Aubreton e Theodoro Henrique Maurer Jr., como miscelâneas de estudos. Ajudado pelos colegas do Departamento e por minha esposa, Célia Maria Moraes de Castilho, que fez sua Licenciatura em Letras na antiga "FAFI", pedíamos as contribuições, preparávamos os originais para o linotipo, fazíamos as revisões das provas, e distribuíamos os exemplares. Foi estabelecido um intercâmbio regular entre essa revista e 167 publicações congêneres do país e do exterior. O respectivo arquivo de endereços viria a ser utilizado mais tarde por duas outras publicações: os *Cadernos de Estudos*

¹ Professor aposentado de Filologia e Língua Portuguesa da USP, ex- Professor Titular da UNESP, campus de Marília, e UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem. Professor colaborador voluntário da UNICAMP, Departamento de Lingüística – Campinas – São Paulo – 13093-240. Pesquisador do CNPq. Endereço eletrônico: ataliba@uol.com.br

Linguísticos da Universidade Estadual de Campinas, e *Filologia e Linguística Portuguesa* da Universidade de São Paulo.

O presente trabalho traz algumas reflexões sobre uma iniciativa derivada indiretamente do Departamento de Letras de Marília, cujas contribuições à Linguística brasileira não foram ainda estudadas. Refiro-me ao Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta do Brasil, impulsionado entre outras coisas pela brochura *Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta de algumas das principais capitais brasileiras*, editada pelo Conselho Municipal de Cultura de Marília, em 1970 (CASTILHO, 1969, 1972/1973).

Esse projeto, que ficaria mais conhecido como Projeto NURC, coletou materiais entre 1970 e 1978, nele assentando diversos estudos, em sua maior parte publicados em três séries: materiais para estudo, pragmática da língua falada e gramática da língua falada. Relaciono tais publicações, sem preocupação de exaustividade:

- Materiais para estudo: Castilho e Preti (1986, 1987), Preti e Urbano (1989), Callou (1992), Callou e Lopes (Orgs. 1993, 1994), Motta e Rollemberg (1994, 2006), Hilgert (1997), Sá et al. (1996, 2005).
- Pragmática da língua falada: Preti e Urbano (1989), Preti (1993, 1997, 1998, 2000, 2002, 2003, 2005, 2006).
- Gramática e léxico da língua falada: Castilho (1989), Marques (1996).

As pesquisas de cunho gramatical previstas pelo Projeto NURC não deram muito certo, por razões que examinei em Castilho (1984). Decidi então lançar em 1988 o *Projeto de Gramática do Português Falado* (PGPF), que envolveu entre 1988 e 2002 cerca de cinquenta pesquisadores, afiliados a quinze universidades brasileiras, divididos em cinco grupos de trabalho, cada qual com seu recorte teórico e sua agenda. Os resultados dessa empresa foram publicados pela Editora da Unicamp em oito volumes: Castilho (1990, 1993), Castilho e Basílio (1996), Ilari (1992), Kato (1996), Koch (1996), Neves (1999b), Abaurre e Rodrigues (2002). Tenho exercido a coordenação geral do PGPF, que contou com financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Durante o período acima foram preparados mais de duzentos ensaios, o que permitiu ingressar na segunda fase do projeto, em 2004, a consolidação de tudo isso, em cinco volumes. O primeiro desses volumes já publicado: *Construção do texto*, Jubran e Koch (2006), v. I. O volume II, *Classes de palavras e construções gramaticais*, organizado por Rodolfo Ilari e Maria Helena Moura Neves, foi encaminhado para publicação em junho de 2007. Seguir-se-ão os volumes III, *Construção da sentença*, organizado por Mary Kato, o volume IV, *Construção morfológica da palavra*, organizado por Ângela C. Rodrigues e Ieda Maria Alves,

e o volume V, *Construção fonológica da palavra*, organizado por Maria Bernadete Marques Abaurre.

Escolhi como tema deste trabalho apresentar uma percepção pessoal sobre os fundamentos teóricos do volume II da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Devo deixar claro que o que se segue não compromete os autores dos doze capítulos desse volume, situados maiormente numa percepção funcionalista da linguagem.

Os textos aí reunidos foram preparados pelo Grupo de Trabalho de Sintaxe I (Classes de Palavras) do PGPF, coordenado pelos Profs. Rodolfo Ilari, de 1988 a 1993, e Maria Helena Moura Neves, de 1993 a 2000. Integraram o grupo os seguintes pesquisadores: Ataliba T. de Castilho, Carlos Franchi, Célia Maria Moraes de Castilho, Erotilde Goreti Pezatti, Esmeralda Vailati Negrão, Marco Antônio de Oliveira, Maria Helena Moura Neves, Maria Luiza Braga, Roberto Gomes Camacho, Rodolfo Ilari e Sírio Possenti. A eles se somaram, na fase de consolidação dos resultados (2002-2007), Ana Lúcia Muller, Lou-Ann Kleppa, Marcelo Módolo, Maria Lúcia Leitão, Marize Dall'Aglio Hattnher, Renato Basso, Sanderléia Longhin-Thomazi e Sebastião Carlos Leite Gonçalves.

Este trabalho constará de cinco seções: (1) gramática e conversação, (2) gramática e criação dos significados, (3) gramática e categorias semânticas, (4) gramática e processamento da informação, (5) gramática e dinamismo das estruturas: a gramaticalização.

A GPCFB enquadra-se entre os estudos funcionalistas desenvolvidos no Brasil, minuciosamente retratado por Neves (1997 e 1999a), e debatidos em sua articulação no exterior por Kato (1998, 1999). Grupos brasileiros de pesquisa com essa orientação foram organizados em diversos ambientes: (i) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anthony J. Naro fundou o “Programa de estudos sobre o uso da língua”; (ii) na Universidade Federal Fluminense, Sebastião Josué Votre organizou o projeto “Discurso e gramática”; (iii) na Universidade Federal de Juiz de Fora, Margarida Salomão vem orientando o projeto “Espaços mentais e gramaticalização”, que integra a tradição funcionalista-cognitivista. Devem ainda ser lembradas as pesquisas individuais listadas em Neves (1998/1999). A polêmica Votre e Naro (1989, 1996) x Nascimento (1990), e em seguida as observações de Dillinger (1991), deram maior visibilidade ao entrechoque Formalismo x Funcionalismo na Linguística brasileira contemporânea.

Os pesquisadores do Grupo de Sintaxe I do PGPF postularam a língua como uma atividade social, por meio da qual veiculamos a informação, expressamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos, historicamente situados, envolvendo sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a

propósito de um tópico previamente negociado. A língua, portanto, é constitutivamente heterogênea, e sua gramática é sensível a essa propriedade.

Esses pesquisadores deixaram deliberadamente de aderir à aplicação de uma teoria única, operando com princípios de variada ordem, num leque em que se incluem a Análise da Conversação, as idéias gramaticais de Halliday, Dik e Givón, a Semântica de Frege e a Semântica Cognitiva. Uniu os pesquisadores desse grupo o propósito de tentar explicar por que a estrutura do Português falado é como é. Para melhor recortar o campo, atribuiu-se à língua uma função comunicativa, entendida em sentido suficientemente amplo para abarcar vários tipos de interação, e uma função constitutiva, para dar conta dos processos exemplificados mais abundantemente na modalidade falada.

Nessa abordagem, os sistemas discursivo, semântico e gramatical são vistos em sua convivência nas expressões lingüísticas, o que exclui a possibilidade de selecionar um deles como o sistema central da língua. Por outras palavras, postula-se que a natureza da língua não está apenas em dispor de uma estrutura, mas sim em ancorar essa estrutura na necessidade de cumprir certas funções. A correlação não biunívoca entre funções e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas naturais. As estruturas mais gramaticalizadas perdem sua eficácia interacional, reinstaurando-se mecanismos que fazem da língua muito mais um conjunto de processos do que um catálogo de produtos.

Convencionou-se que a identificação desses processos se faria a partir da observação do comportamento discursivo-semântico-sintático das classes de palavras e das construções – e isso nos traz à questão central levantada pelo volume II da GPCFB, a saber, que processos as classes de palavras e as construções exemplificam no português culto falado no Brasil.

Penso que os seguintes tópicos sintetizam a percepção dos pesquisadores, a esse respeito:

- (1) A língua se manifesta através da conversação, considerada como a articulação discursiva fundamental.
- (2) A língua opera constantemente sobre categorias cognitivas e semânticas, criando os significados, descritos em termos de processos.
- (3) A língua processa a informação, referenciando-se à situação de fala e ao próprio texto que está sendo criado.
- (4) As estruturas lingüísticas não são objetos autônomos nem cristalizados; sua dinâmica é captada pela teoria da gramaticalização.
- (5) Uma abordagem funcionalista opera com esses construtos na descrição das classes de palavras e dos processos de construção

Elabora-se a seguir cada um dos tópicos acima.

Gramática e conversação

A Gramática Funcional é o estudo da gramática no discurso, ou seja, no texto. Vários achados da Análise da Conversação, da Análise do Discurso e da Linguística do Texto foram apropriados pelos autores do vol. II da GPCFB.

Com referência ao discurso conversacional, diversos lingüistas em diversas ocasiões especularam sobre o estabelecimento de um programa em que se passasse da análise da conversação para a análise gramatical.

O célebre ensaio de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) desempenhou aqui um papel seminal. Esses autores tinham apontado para a necessidade de uma “sintaxe conversacional”. A seção 3 desse trabalho descreve o sistema de tomada de turnos em termos de dois componentes e de um conjunto de regras conversacionais. O primeiro componente é o da construção dos turnos, e o segundo, o da alocação dos turnos. A proposta de uma sintaxe conversacional formulada por eles só foi percebida pelos lingüistas a partir dos anos 90, quando Sandra Thompson deu origem ao seu projeto “Interactional Syntax”.

O componente de construção dos turnos apresenta propriedades fortemente baseadas na sintaxe. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p.702) afirmam que “há várias unidades-tipo com as quais o falante pode construir um turno”. Essas unidades-tipo compreendem construções sentenciais, sintagmáticas e léxicas. A afirmação mais forte aqui é que “exemplos das unidades-tipo projetam a próxima unidade-tipo”, o que me levou a postular o “Princípio de Projeção Interacional” (CASTILHO, 1998).

A projetabilidade pragmática implica em que há uma percepção do completamento (*completion*) do movimento verbal, com respeito ao qual os turnos se sucedem. O falante prevê o momento em que o interlocutor vai encerrar sua fala, e se prepara para entrar na conversação. A teoria gramatical reconheceu há tempos a projetabilidade como uma propriedade sintática fundamental, exemplificada quando determinados itens lexicais projetam / escolhem seus argumentos. Há uma interessante correspondência entre a habilidade discursiva que os interlocutores envolvidos numa conversação têm de prever seu momento de entrada na cadeia da fala, de um lado, e sua habilidade gramatical de construir estruturas sintáticas mediante a projeção de argumentos sentenciais, de outro. Dito de outra maneira, pela primeira vez se constataram interessantes correspondências entre processos pragmáticos e estruturas sintáticas, como a tomada de turnos, o emparelhamento de construções e a organização da sentença.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) tinham reconhecido essa correlação, como se vê por este trecho de seu estudo:

parece produtivo admitir que, entendida a conversação como um lugar de uso da língua, se não for O lugar de uso da língua, aspectos da estrutura da língua foram concebidos para o uso conversacional e, *pari passu*, para as contingências das trocas de turno. (p.722)

E mais além:

é de se esperar, portanto, que alguns aspectos da sintaxe da sentença serão melhor entendidos por referência às tarefas que têm de ser desempenhadas num turno-situado-numa-série, sendo os turnos o lugar fundamental para a ocorrência das sentenças. (p.723)

Nessa mesma década, Blanche-Benveniste e associados (1979) tinham notado que a sintaxe da língua falada não é unilinear, pois abriga ao mesmo tempo o eixo sintagmático e o eixo paradigmático.

Na década seguinte, essas idéias apareceriam em vários textos, que passo a mencionar, mostrando que estava ocorrendo uma convergência de pontos de vista.

Em sua intervenção no “Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem” (Universidade Estadual de Campinas, 1981), Dorothea Franck desenvolveu indagações tais como “que tipo de objetos devem ser considerados sentenças, para que nossa definição seja compatível com os pressupostos básicos da Análise Conversacional?” (FRANCK, 1981, p.8). Partindo das estruturas duplamente articuladas (*double bind*), tais como

- (1) *isso aconteceu / assim no ano 1907 / eu nasci*
- (2) *mas ele existe / assim o animal-ambulância / vem pegá-lo*
- (3) *primeiro você escuta eles o tempo todo fazendo bagunça no corredor / esses gatinhos / eles estão brincando.*
- (4) *eu falei / primeiro / falei eu que...*

em que o segmento medial se articula tanto com o segmento à sua esquerda quanto com o segmento à direita, ela conclui que

em vez de analisar as sentenças como produtos terminados da atividade da fala, de uma perspectiva *post-factum*, parece mais cabível, à luz de nossas observações, tratá-las como *processos que se desenrolam no tempo*. (FRANCK, 1981, p.14, grifos meus)

Vistas as coisas deste ângulo, ela agrega muito afirmativamente:

acho que uma breve inspeção de dados conversacionais confirma que as sentenças ou componentes sentenciais (incluindo formulações

elípticas, em alguns contextos) são efetivamente operativas, não somente para a análise lingüística, mas para os próprios participantes (1981, p.14-15).

No domínio da Língua Portuguesa, Dias de Moraes (1987) mostrou que os marcadores conversacionais e os nexos coordenativos dispõem de propriedades compartilhadas. Marcuschi (1988/1991) e Castilho (1989b) propuseram outras tantas questões relativas à interface “conversaço / gramática”.

Gramática e criação dos significados

A Lingüística Cognitivista, desenvolvida a partir dos anos 80, é “uma abordagem da língua baseada em nossa experiência do mundo como o percebemos e o conceptualizamos” (UNGERER; SCHMID, 1996). Ancorada nas Ciências Cognitivas, a Lingüística Cognitiva ali aprendeu a “postular um nível de análise separado, que pode ser chamado ‘nível de representação’: quando trabalha nesse nível, um cientista trafega por entidades representacionais tais como símbolos, esquemas, regras, imagens” (GARDNER, 1995, p.53). Já por essas observações se vê que a Lingüística Cognitiva é na verdade uma Semântica Cognitiva.

Mas o que se deve entender por “cognitivo”? A Gramática Gerativa emprega esse termo para remeter ao entendimento da língua como um sistema de conhecimento, indagando-se como esse conhecimento é adquirido. Já na Gramática Funcionalista, “cognição” é o conhecimento que se obtém através da linguagem, isto é, “como é que a linguagem contribui para o conhecimento do mundo” (SILVA, 1997, p.62).

A abordagem funcionalista-cognitivista recusa os seguintes pontos: (i) “a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação lingüística [...] distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas lingüísticas”; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias lingüísticas são discretas e homogêneas; (iv) “a idéia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos ‘objetivos’” (SILVA, 1997, p.61).

A grande indagação formulada pela Lingüística Cognitiva é entender como a mente cria o pensamento – um desafio que vem dos primeiros tempos da Filosofia ocidental, e que retomou toda a sua força no final do século passado. Sweetser / Fauconnier (1996, p.1), por exemplo, afirmam que “os dados lingüísticos quando adequadamente compreendidos podem servir para revelar aspectos da representação mental em seu nível mais alto”.

Algumas dessas idéias apareceram na fase de consolidação dos resultados obtidos, quando foram preparados os capítulos sobre os pronomes e as preposições. Os seguintes aspectos foram considerados relevantes pelos autores desse volume.

*Esquemas imagéticos*²

Num nível cognitivo diretamente motivado pelas experiências motoras, os falantes compartilham esquemas imagéticos – esquemas muito gerais, desprovidos de conteúdo proposicional e de formulação lingüística, e vinculados diretamente à percepção de si próprio e do ambiente. A consideração dada à percepção é relevante porque, pela ótica cognitivista, a língua revela o enquadre que o falante está fazendo do evento, e esse enquadre mostra o que está sendo colocado em proeminência e o que está sendo tomado como fundo para compreender uma expressão determinada.

Os esquemas imagéticos são, em sua maioria, de natureza espacial. Convém, é claro, procurar uma representação tão rica quanto possível de nossas experiências espaciais, mas isso não é difícil, porque as entidades e eventos (e os seres humanos, enquanto entidades ou eventos) se situam no espaço ora dinâmica, ora estaticamente. É no espaço que definimos relações como as de continente / conteúdo, centro / periferia, proximidade / distância, copresença e ligação. É ainda no espaço que definimos o esquema imagético do deslocamento, que dá suporte a várias conceptualizações, entre elas a do trajeto, posição num trajeto, resistência, impedimento e permissão.

Por que essa prioridade cognitiva dada ao espaço? Porque o espaço é uma experiência humana primordial, na qual convergem (i) a percepção da capacidade de movimento corporal e (ii) a percepção das coisas que rodeiam o ser humano como entidades únicas.

Além disso, a categoria de espaço, enquanto objeto da experiência, relaciona-se com atividades corriqueiras de deslocamento, de impedimentos ao deslocamento, de estar contido em algum lugar, de ter contato e ligação com objetos. Tais vivências são significativas num nível pré-verbal e pré-conceitual, constituem experiências próprias de qualquer ser humano, independentemente da cultura, e formam esquemas imagéticos altamente produtivos.

É no espaço ainda que se experiencia o que se convencionou chamar de dinâmica de forças: a representação de obstáculos que impedem determinada

² As seções Esquemas imagéticos e Modelos cognitivos idealizados foram desenvolvidos por Maria Lúcia Leitão (UFRJ), para o Cap. VII do vol. II, dedicado às Preposições.

ação e a representação de elementos que a favorecem, já que a base é o esquema do trajeto.

Modelos cognitivos idealizados

Num nível da atividade humana dependente de conceitualização, fortemente comprometido com a linguagem, encontramos além dos esquemas imagéticos as bases de conhecimento que os cognitivistas conhecem como “modelos cognitivos idealizados” (MCIs).

Os MCIs são construções conceituais destinadas a enquadrar situações, processo mediante o qual formulamos nossa compreensão do mundo, consolidando as categorias que o descrevem e fixando o semantismo das expressões da língua. A Filosofia e a Psicologia desde sempre falaram de categorização, mas para o estudioso de orientação cognitivista o recurso a MCIs define um modo de categorizar a realidade muito diferente do que propuseram tradicionalmente essas disciplinas: os MCIs enquadram situações de maneira holística, global, e utilizam critérios com um forte lastro na experiência física e social das pessoas, em vez de categorias estabelecidas conceitualmente e em abstrato.

Para os cognitivistas, a distinção é importante porque o léxico passa então a ser entendido como um meio de categorizar a realidade via MCIs. O exemplo que ilustra classicamente essa distinção são os diferentes tratamentos dados à semântica da palavra *solteiro*. Muitos autores já entenderam que o significado dessa palavra é captado por definições construídas por meio de traços semânticos, como “homem, adulto não casado”, mas há muitos aspectos do uso do termo *solteiro* que essas definições por traços semânticos não explicam, por exemplo, o fato de que ele não se aplica ao Papa ou a alguém que tenha sido abandonado em criança numa ilha deserta. Ao contrário de uma definição por traços, que se aplica em princípio a qualquer objeto do mundo, o MCI evocado por “solteiro” só se aplica a indivíduos que teriam condição de casar-se, e isso exclui os padres católicos e o Papa, para quem o celibato é obrigatório (ECO, 2000).

Pode-se objetar que essas são expressões formulaicas, que já estão prontas na língua para serem usadas. O recurso a MCIs permite dar um tratamento natural e intuitivamente válido à polissemia, e aqui o exemplo clássico a ser evocado é o da palavra *janela*. Por *janela* podemos entender tanto um abertura feita numa parede, para colocar um ambiente em contato com o exterior, como a armação de madeira ou metal e vidros que veda a abertura. Normalmente as duas coisas vêm juntas, de modo que nosso MCI de *janela* compreende simultaneamente as duas coisas. Assim, o MCI permite que circulemos imperceptivelmente e de maneira motivada entre esses dois valores da palavra.

Gramática e categorias semânticas

Examinando os significados expressos pelas classes de palavras e pelas construções, os pesquisadores identificaram as seguintes categorias semânticas: dêixis e foricidade, referenciação, predicação e conexão.

Dêixis e foricidade

Entende-se por dêixis o processo por meio do qual a interpretação semântica de certas expressões depende da situação discursiva. Assim, o entendimento do que significam itens como *eu / você, aqui / lá, este / aquele, hoje / amanhã*, entre outros, fica na dependência de quem os pronunciou. A referência desses termos está no discurso, na situação social concreta que envolve os falantes.

O termo deriva do substantivo grego *déiksis*, literalmente “mostração”, derivado do verbo *déiknymi*, “mostrar”, “apontar”. Os itens lexicais acima enumerados apontam para as pessoas do discurso, para o lugar que elas ocupam no espaço físico e no tempo.

Na Linguística moderna, coube a Bühler formular em 1934 uma Teoria da dêixis, que ele distinguia dos símbolos. Os símbolos, referencialmente mais estáveis, e a dêixis, que não dispõe dessa estabilidade, dividem os campos linguísticos. Entendida como “ostensão”, a dêixis representa um “primeiro conhecimento da coisa”. Através da propriedade dêítica, inserimos entidades na corrente do discurso, sejam seus participantes, sejam seus tópicos. Diferentes classes gramaticais codificam a dêixis: os pronomes, os advérbios circunstanciais, certos morfemas (como os de tempo), entre outros: (BUHLER, 1961).

No mundo antigo, Apolônio Díscolo (séc. I d.C.) argumentava que os pronomes abarcam também os de terceira pessoa, “pois também se realizam como anafóricos, desde que as pessoas sejam conhecidas de antemão, e como dêíticos, se a pessoa está à vista” (1987, p.165). E mais além: os pronomes de 1ª e 2ª pessoa

servem para discernir pessoas ainda não definidas, com o que as pessoas por eles significadas se fazem definidas. É claro que as suas dêixis são as primeiras vias de entrada das pessoas que lhes subjazem, e por isso não precisam da companhia do artigo, já que não pode haver anáfora de pessoas que se mostram à vista. (APOLÔNIO DÍSCOLO, 1987)

Mattoso Câmara (1977, p.90) acompanha Bühler, ao definir a dêixis como a

faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêítica, ou mostrativa, figura assim ao lado

da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o SIGNO lingüístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra. O pronome é justamente o vocábulo que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização, como os nomes. A dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve, e todos os mais seres situados fora do eixo falante ouvinte.

Benveniste (1966) mostrou que os dêiticos constituem uma “irrupção do discurso no interior da língua, porque o seu próprio sentido [...], embora releve da língua, apenas se pode definir por alusão ao seu emprego”. Para Ducrot (1973, p.302), dêiticos são “expressões cujo referente só pode ser determinado em relação aos interlocutores. Assim, os pronomes de primeira e segunda pessoa designam respectivamente a pessoa que fala e aquela a quem se fala”. Segundo Lyons (1977, p.290),

todo enunciado lingüístico se realiza num lugar particular e num tempo particular: ocorre numa certa situação espaço temporal. É produzido por uma pessoa – o falante – e em geral se dirige a alguma outra pessoa – o ouvinte. O falante e o ouvinte, diremos, são tipicamente distintos um do outro, podendo, certamente, haver mais de um ouvinte, e estão, além disso, na mesma situação espaço temporal.

Ele acrescenta que

a noção de dêixis que é simplesmente a palavra grega que exprime a ação de “apontar” ou “indicar”, e veio a ser um termo técnico da teoria gramatical – foi introduzida para indicar os traços “orientacionais” da língua que se relacionam com o tempo e o lugar do enunciado. Os chamados pronomes pessoais – “eu, tu (você), ele” etc. – constituem apenas uma classe dos elementos da língua cujo significado se determina pela referência às “coordenadas dêiticas” da situação típica do enunciado. Outros elementos que incluem um componente de dêixis são advérbios de lugar e de tempo – como aqui, aí, ali, lá, acolá (de lugar) e agora e então (de tempo), que indicam o “próximo” e o “não próximo” do falante (e às vezes também do ouvinte) e o “momento em que se fala” e o “não-momento em que se fala”. São esses os exemplos mais evidentes da maneira pela qual a estrutura gramatical de uma língua pode refletir as coordenadas espaço temporais da situação típica do enunciado. A situação típica no enunciado é egocêntrica: como o papel do falante se transfere de um participante para outro numa conversa, muda-se assim o “centro” do sistema dêitico, usando o falante eu para referir-se a si mesmo, tu, você, etc. para dirigir-se ao ouvinte. O falante está sempre no centro da situação do enunciado.

Lahud (1979, p.40) reconhece que a noção de dêixis está muito vinculada à classe lingüística dos pronomes pessoais (*eu/tu*, mais precisamente) e demonstrativos (*isso*), e ainda está igualmente vinculada às formas temporais do verbo. O que se pode observar é que alguns traços unem essas categorias: pessoa, proximidade e tempo, o que faz delas uma única classe (Lahud está se referindo à classe nocional).

As citações acima mostram que os limites entre a dêixis e a foricidade não são muito nítidos. Carreter (1968, p.130) tem essa opinião: a dêixis “consiste en señalar algo que está presente ante nuestros ojos: aquí, allí, tú, esto, etc. Cuando la función deíctica no consiste en hacer una ‘demonstratio ad oculos’, sino que señala un término de la frase ya anunciado, recibe el nombre de anáfora”.

Na língua portuguesa, a dêixis tem uma codificação flexional e lexical. A pessoa só tem flexão no verbo; nas demais classes, é o lexema que contém essa categoria. Os itens lexicais expressam uma localização positiva e uma localização negativa dos participantes do discurso. Localizam-nos positivamente os itens que os dispõem num eixo de proximidade ou de não proximidade com respeito ao locutor: *este-esse*, *aqui*, *hoje* fornecem uma localização próxima, ao passo que *aquele*, *lá*, *ontem* / *amanhã* provêm uma localização remota. Localizam-nos negativamente os itens que não têm esse poder de discriminação, como os artigos.

Através da foricidade retomamos o que já se mencionou (= anáfora) ou anunciamos o que se mencionará (= catáfora). Halliday e Hasan (1976) dão à anáfora e à catáfora a designação comum de *endófora*, reservando o termo *exófora* aos processos de retomada de informações constantes na situação de fala, não verbalizadas no enunciado.

Entendida como “remissão”, a foricidade representa um *segundo conhecimento da coisa*, sendo que o *primeiro conhecimento* é dado pelo processo da referência. Através da anáfora, retomamos um tópico discursivo, trazendo de novo à consciência os participantes do discurso mencionados anteriormente, ou presentes no contexto.

Referenciação

Denomina-se *referenciação* a categoria semântica por meio da qual representamos qualquer entidade do mundo extralingüístico, real ou imaginário, valendo-nos para isso de um dado signo lingüístico. O sentido do signo selecionado repousa em nossa crença de que ele de fato remete a essa entidade, visto que o entendimento do sentido do signo selecionado não garante sua referência.

Podemos selecionar no panteão dos heróis da pátria alguém que mereça essa denominação, denominando-se de *herói*. Mas também podemos com esse

signo denominar uma criança, mesmo tratando-se de um infante, ou um grande patife, quando queremos ironizar sobre esse participante. A referência, portanto, não remete necessariamente à vida real. A referenciação e a predicação constituem duas atividades fundamentais na organização das sentenças: denominamos um participante via referenciação e lhe atribuímos uma propriedade via predicação.

O modo como se dá a representação dos participantes tem sido um grande problema para a Semântica. As investigações têm mostrado entre outras coisas que em nosso recorte do mundo físico podemos destacar suas propriedades íntimas (*intensionalidade*), sua capacidade de remeter a conjuntos ou a indivíduos desses conjuntos (*extensionalidade*), tanto quando nossa habilidade de apresentar as coisas definida ou especificamente (*especificidade*), ou indefinida ou genericamente (*genericidade*). Vou limitar-me às duas primeiras propriedades.

A *intensão* é o conjunto de propriedades lexicais das palavras, ou seja, seus traços semânticos inerentes. Combinando-se as palavras em expressões complexas, nota-se que sua intensão é preservada, nos casos de *composicionalidade* (ou “linking”, segundo Weinreich, 1977), ou é alterada, seja pelo cancelamento dessas propriedades, nos casos de *delimitação* (o mesmo que “composicionalidade parcial” ou “hedging”, segundo Lakoff, 1975), seja pelo surgimento de propriedades novas, não contidas nos itens envolvidos, nos casos de *não-composicionalidade* (ou “nesting”, ainda segundo Weinreich, 1977).

- (1) *O nenê começou a falar* [“composicionalidade”, pois tanto *começar* quanto *falar* preservam suas propriedades intensionais].
- (2) *O nenê está quase falando* [“composicionalidade parcial”, pois *quase* elimina algumas propriedades de *falar*].
- (3) *O nenê pôs-se a falar* [“não-composicionalidade”, visto que o significado de “começar (a falar)” não corresponde às propriedades intensionais de *pôr*].

Nos exemplos acima, verbos foram combinados com verbos. Na combinação de itens diferentes, como N + Adj, Ilari (1992b) mostra que se observa igualmente o comprometimento da intensão, visto que o conjunto gerado se afasta do que cada item significa individualmente. Assim, em

- (4) *Aquela construção é um verdadeiro elefante branco,*

elefante deixa de significar “mamífero de grande porte” e *branco* igualmente não é mais a “impressão causada pelo raio de luz não decomposta”, para significar “obra ou iniciativa inútil”. O mesmo pode dizer-se de “estado maior”, “controle remoto”, etc. Dizemos que tais expressões expressam uma resultante não composicional. A não composicionalidade dá origem às expressões idiomáticas.

A extensão é o conjunto de indivíduos denotados através das propriedades lexicais das palavras. Ao operar sobre esta propriedade, o Adj tem geralmente

um efeito delimitador. Assim, em

(5) *O cidadão pagou seus impostos,*

cidadão denota o conjunto total dos seres integrados numa comunidade organizada, no gozo de seus direitos civis. Já em

(6) *O cidadão brasileiro pagou seus impostos,*

esse conjunto foi limitado aos indivíduos nascidos no Brasil. Dizemos então que a expressão *cidadão brasileiro* é intensionalmente composicional, e extensionalmente modificada.

Segundo a lógica aristotélica, a designação é também um processo de predicação, e assim cada item lexical pleno de significado é um predicador. Indo por aqui, os substantivos predicam, isto é, designam os seres e as coisas, os adjetivos designam os estados, os verbos designam as ações e os eventos, as preposições designam as relações, e assim por diante. Aristóteles, naturalmente, cercou essa afirmação dos devidos cuidados, quando mostra que

os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (νόημα) e o sinal (σημείον) ou entre a coisa (πρᾶγμα) e o nome (ὄνομα) não é sempre de congruência. Não se recobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais. (NEVES, 1987, p.64-65).

A predicação por designação gera o sentido, que decorre da relação entre o item e seu referente. Essa percepção não será tomada em conta aqui, pois a predicação será entendida mais restritivamente como a incidência de um item sobre outro, de que resulte uma atribuição de propriedades semânticas.

Predicação

Apolônio Díscolo, gramático alexandrino do séc. I d.C., teve uma intuição fundamental para o entendimento do processo semântico da predicação. Ele integrava os estudos gramaticais em três pontos: o som e a sílaba, a classificação das partes da oração, e a própria oração (1987, p.32). A oração se realiza num nível duplo, o semântico (= a oração tem uma significação auto suficiente) e o funcional (“os casos oblíquos se conectam com os retos por meio de um verbo inserido entre ambos, a ação do qual passa do nominativo <reto> para o oblíquo”, Apolônio Díscolo, I, 137).

É precisamente sua concepção sobre os casos que tem importância aqui. Para Apolônio Díscolo, os casos não designam formas, e sim relações sintáticas. Assim, o caso reto é o que está “ordenado”, ou está em “ordem coincidente” com a pessoa verbal (IV, 46), codificado na gramática pela concordância do verbo com seu sujeito, ao passo que o caso oblíquo é o “desviado”, o não coincidente com a pessoa do verbo (IV, 18), numa relação não marcada pela concordância.

Essa metáfora geométrica permite postular a predicação como uma relação semântico-sintática de base, em que o predicador toma por escopo alguns argumentos (= o sujeito e os argumentos internos), atribuindo-lhes casos (= o nominativo ao sujeito, o acusativo, o dativo ou o ablativo aos argumentos internos) e papéis semânticos. Os casos podem ter uma representação morfológica ou uma representação abstrata, como no português.

A predicação, portanto, pode ser tentativamente definida como a relação entre um predicador e seu escopo tal que o predicador atribui diferentes traços ao escopo.

Indo por aqui, verifica-se que o predicador transfere a seu escopo uma propriedade sua, que poderá ser (i) a emissão de um juízo sobre o valor de verdade da classe escopo, (ii) a alteração da extensão dos indivíduos designados pela classe escopo, ou (iii) a alteração das propriedades intensionais dessa classe.

Seja o seguinte recorte de enunciado:

$$\begin{array}{c} < \text{-----} | \text{-----} \longrightarrow \\ < \text{-----} < \text{-----} \end{array}$$

(7) *Realmente, jogador alto ganha fácil a partida no campeonato.*
 — > S| JS

Em (7), temos as seguintes relações de predicação: (i) *alto* predica o argumento *jogador*, qualificando-o com o traço de dimensão; (ii) *fácil* predica o predicador *ganha*; (iii) *ganha fácil* predica os argumentos *jogador alto* e *a partida do campeonato*, atribuindo-lhes respectivamente a função de sujeito e o papel de agente, e a função de objeto e o papel de paciente; (iv) *realmente* predica toda a sentença, expressando sobre seu conteúdo proposicional uma avaliação asseverativa.

Essas cinco predicações resultam da relação entre os predicadores *alto*, *ganha*, *fácil*, *realmente* e seus escopos *jogador*, *ganha*, *a partida no campeonato* e a sentença, respectivamente. Quando o predicador toma por escopo um item referencial (como em *jogador alto*), temos uma predicação de primeira ordem. Quando o escopo é outro predicador (como em *ganha fácil*, *jogador muito alto*), temos uma predicação de segunda ordem. Finalmente, quando o escopo é uma sentença, temos uma predicação de terceira ordem, ou “hiperpredicação”. Para

uma elaboração dessas relações, ver Jespersen (1971, cap. 7), e Kato e Castilho (1991).

Por outro lado, observando-se as “direções da predicação” representadas pelas flechas que acompanham o enunciado (7), nota-se que o movimento da direita para a esquerda é o mais habitual, não se excluindo o movimento da esquerda para a direita, identificada em *jogador alto*, em *ganha fácil* e em *jogador alto ganha fácil*.

A predicação, em suma, ocorre quando um operador toma um termo por seu escopo. A inspeção do escopo permite verificar que a predicação ocorre nos seguintes ambientes sintáticos:

- O escopo é um dos constituintes do sintagma. Dizemos que a predicação ocorreu no espaço sintagmático da sentença, em que podem ser documentadas predicações por determinação, por quantificação, por delimitação e por atribuição, no caso do SN, e por modalização, no caso do SV. Identificam-se assim no interior dos sintagmas os mesmos processos semântico-sintáticos que se identificam no interior das sentenças.
- O escopo é um dos constituintes da sentença. Dizemos que a predicação ocorreu no espaço funcional da sentença: o V toma por escopo o SN argumento externo e o SN / SP argumentos internos.
- O escopo é a sentença inteira. Dizemos que ocorreu uma predicação da sentença: os chamados “advérbios de sentença” tomam por escopo toda a sentença, como em (7), segundo se pode constatar através da paráfrase:

(7a) *É real que S.*

- O escopo é um dos participantes do discurso. Dizemos que ocorreu uma predicação pragmática, nas situações em que o predicador toma por escopo não um termo codificado no enunciado, e sim um dos participantes do discurso. Nesses casos, a predicação atuou no sistema discursivo da língua, como em:

(8) *Nas feiras hippies as pessoas naturalmente compram bugigangas.*

Em (8), nota-se que a predicação desencadeada por *naturalmente* pode gerar mais de um significado: (i) Se o interlocutor processa tal S tomando por escopo do Adv toda a S, provavelmente ele a parafraseará como

(8a) *é natural que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies,*

e o advérbio estará modalizando asseverativamente a sentença. (ii) Se ele considerar que o predicador adverbial está incidindo sobre o verbo, provavelmente interpretará esse enunciado como

(8b) *é hábito comprar bugigangas nas feiras hippies,*

e o Adv estará quantificando o verbo. (iii) Finalmente, se o interlocutor estiver passando por uma feira hippie e ouvir (8) de seu parceiro de conversação, ele poderá interpretar que o escopo do Adv, além dos acima indicados, contidos no enunciado, pode ser ele próprio, como um participante da enunciação, identificando-se um efeito perlocutório, parafraseável mais ou menos assim:

(8c) *visto que é verdadeiro que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies, e isso é até mesmo um hábito, meu interlocutor está insinuando que eu lhe compre algo.*

Nessa interpretação, o Adv estará concorrendo para o desencadeamento de uma inferência conversacional, vale dizer, de uma significação que não se encontra na “literalidade” de (8). Nessas duas situações, explorou-se a força ilocucionária da predicação adverbial, caracterizando-se um caso de predicação discursiva, ou pragmática.

Conexão

Preposições e conjunções integram a classe dos nexos gramaticais, ligando palavras e sentenças. A diferença entre elas está no tipo de conexão que promovem. As preposições subordinam o item seqüente ao item antecedente, sejam palavras, sejam sentenças. As conjunções ligam palavras e sentenças por dependência, independência ou interdependência.

A literatura sobre as preposições tematiza continuamente a difícil questão de seu sentido. Teriam elas um sentido de base, de que decorreriam sentidos derivados? Ou seriam completamente vazias de sentido, e a semântica das expressões preposicionadas decorreria dos termos que elas relacionam?

Os pesquisadores do GPCFB hipotetizaram que as preposições são operadores de predicação que tomam por escopo o antecedente e o conseqüente, atribuindo-lhes propriedades semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO, MOVIMENTO, etc. A categoria de ESPAÇO poderá ser descrita em termos dos eixos horizontal (origem / meta), vertical (inferior / superior) e transversal (anterior / posterior). Esses três eixos são insuficientes para a caracterização semântica das preposições, sendo necessário agregar a distinção “continente / conteúdo” e “próximo / distante”.

Desses sentidos espaciais prototípicos derivam os sentidos de Aspecto, Tempo e Qualidade. Processos de deslocação dos esquemas imagéticos dão origem a outros tantos significados, conforme se demonstrou no Cap. VII da *Gramática*, relativo às preposições.

Quanto às conjunções, reconheceu-se a insuficiência do par opositivo “coordenativas / subordinativas”, abrindo-se espaço para as conjunções correlativas, descritas no Cap. XII.

Gramática e processamento da informação

Língua como competência comunicativa

De acordo com a formulação de Neves (1997), por competência comunicativa deve-se entender

a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua, isto é, de jogar com as restrições, mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas, isto é, de operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de comunicação.

A competência comunicativa, portanto, é observável nos usos linguísticos, através dos quais tornamos comuns conteúdos informativos, sentimentos pessoais e instruções que devem ser seguidas. “Comunicação”, nesta perspectiva, pouco tem a ver com a Teoria da Comunicação formulada nos anos 60, tendo muito a ver com a etimologia mesma do termo, desvendado por seu tratamento fonológico em nossa língua, em que *comunicare* > *comungar*.

Teoria da articulação tema-rema

A Teoria da articulação tema-rema foi formulada pela Escola Linguística de Praga por volta dos anos 30. De acordo com essa Teoria, “*tudo ato de comunicação bem sucedido consiste em duas realizações: (i) destacar um objeto de predicação, (ii) predicar sobre esse objeto*”, segundo Ilari (1986, p.36), que explicou fenômenos da língua portuguesa por meio dessa teoria. Em suas próprias palavras,

toda oração serve para realizar duas ações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados ‘falar de’ e ‘dizer que’: o primeiro desses predicados capta o papel de tópico (= Tema), e o segundo o papel de foco (= Rema). Toda sentença envolveria, em suma, dois ‘atos de fala’, cada um dos quais obedece a condições específicas. (ILARI, 1986, p.42)

Mais além, Ilari esclarece o que está entendendo por “atos de fala”:

conquanto, nessa análise de atos de fala, as duas expressões “falar a respeito de” e “dizer que” devam ser consideradas como primitivas (no sentido de que não se deixam definir por outras expressões mais básicas), cabe perguntar que tipo de ação verbal representam: trata-se num caso de uma “ação de referência”, e no outro, de uma ação de asserção ou informação. (ILARI, 1986, p.178)

A teoria da articulação tema-remata foi introduzida entre os lingüistas ingleses e americanos por Halliday (1967, 1968), e em seguida grandemente desenvolvida por Chafe (1970), Prince (1981), Givón (1979) e outros, suscitando diversas aproximações entre a sintaxe e o discurso.

Essa teoria pode ser generalizada para além dos limites da sentença, segundo mostrei em Castilho (1989a), ao estudar as unidades discursivas. Num artigo-balanço, Danes (1995) afirma que a teoria tomou três direções distintas: (i) articulação comunicativa dos enunciados, que é o ponto de vista original; (ii) bipartição informacional: informação dada/sabida/velha vinculada ao contexto, versus informação nova/não-sabida, não vinculada ao contexto; e (iii) dinamismo comunicativo. Apesar das inter-relações entre (i) e (ii), Danes reafirma o ponto de vista original de Matthesius, segundo o qual “qualquer enunciado (= cláusula) tem sua estrutura T-R, sem correspondência com a possível bipartição informacional” (DANES, 1995, p.263).

As sentenças, portanto, representam diferentemente a informação, concentrando em seu início a “baixa informatividade”, dada pelo Tema, e em seu final a “alta informatividade”, dada pelo Rema. O Tema corresponde em geral ao sujeito, que é o dado conhecido da S, enquanto que o Rema corresponde em geral ao predicado, entendido como o V e seus argumentos internos.

É preciso ter em mente que os lingüistas de Praga tomavam a entonação como o ponto de partida na constituição da gramática. Assim, a ênfase, o contraste, a tessitura são trazidas para dentro da análise gramatical, entendendo-se o Tema e o Rema como categorias prosodicamente dependentes.

A percepção informacional da sentença teve em Halliday um seguidor importante. Ele postula que a gramática é o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (HALLIDAY, 1967, 1968, 1976, 1985). O seguinte quadro, reproduzido em Neves (1997), dá conta dessa postulação:

FUNÇÃO	SISTEMA
Ideacional	Transitividade (especificação dos papéis “ator”, “meta”, etc.)
Interpessoal	Modo (sujeito/predicador/complemento/finitude)
Textual	Tema e informação

Quadro 1 – Funções da linguagem segundo Halliday

Segundo Neves (1997), dois pontos são básicos na reflexão de Halliday: (1) a unidade maior de funcionamento da língua é o texto, em cujo interior se dá a criação dos significados, (2) os itens são multifuncionais, e atuam no nível do sintagma, da sentença e do texto. Assim, os substantivos desempenham a função

ideacional quando representam a realidade, a função interpessoal, como uma não-pessoa do discurso, e a função textual como organizadores da informação. Na sua *Introdução à Gramática Funcional*, ele examina a sentença como mensagem, representação e interação. O ponto central, portanto, está na investigação dos significados, e com isso as formas lingüísticas são um meio, e não um fim em si mesmas.

A gramática e o dinamismo das estruturas lingüísticas: a gramaticalização

Negando autonomia às estruturas, a gramática funcionalista sustenta que elas podem ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo de gramaticalização.

As seguintes subteorias elaboram este postulado:

Teoria das gramáticas em competição

A correlação assimétrica entre funções e estruturas explica a heterogeneidade natural das línguas, fenômeno que tem sido considerado por programas de pesquisa intitulados “gramáticas em convivência”, “motivações em competição”, entre outros (DUBOIS, 1985). Como decorrência disso, certos estudos funcionalmente orientados não partem de generalizações para os dados, preferindo o caminho inverso, privilegiando o estudo empírico de uma dada língua, indo dos usos para as estruturas, na pressuposição de que a forma da língua é determinada por seu uso.

Muitas estruturas, tradicionalmente vistas como arbitrárias, tiveram resgatada sua motivação discursiva, como, por exemplo, o clítico *i-* prefixado ao verbo, como marcador predicativo estudado por Gillian Sankoff, apud Votre e Naro (1996, p.54). Isso não quer dizer que não se reconheça que estruturas muito cristalizadas de fato “se descolaram” de sua motivação discursiva, no estágio máximo de sua gramaticalização.

Teoria da iconicidade

Alguns lingüistas têm notado que por vezes as estruturas gramaticais simbolizam o conteúdo que se quer passar (HAIMAN, 1980, 1985). Mollica (1995, p.93) considera que o uso de *de que* na introdução de completivas pode ser

interpretado como “um ícone: estratégia de unidiretividade, de distanciamento do narrador em relação ao conteúdo proposicional”.

Teoria da gramaticalização

A partir dos anos 80, diversos linguistas retomaram os estudos sobre gramaticalização: Lehman (1982), Traugott e Heine (1991), Heine, Hünne Meyer e Claudi (1991), Hopper e Traugott (2004), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), entre outros.

Esses estudos repercutiram fortemente no Brasil, encontrando-se trabalhos que cobrem as seguintes áreas:

- Perspectiva geral, aspectos teóricos e metodológicos da gramaticalização: Gonçalves (1994), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Castilho (1997a), Neves (1999a), Gorski et al. (2002), Mattos e Silva (2002), Martelotta, Votre e Cezario (1996a), Ferreira et al. (2000), Naro e Braga (2000), Gorski et al. (2003), Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), Mendes (2007).
- Gramaticalização de substantivos: Bittencourt (1999), Castilho (2001).
- Gramaticalização de verbos: Ilari (1986), Martelotta e Leitão (1996), Mattos e Silva (1999), Galvão (2000, 2002), Callou e Avelar (2001), Kewitz (2002 a,b), Gonçalves (2003), Mendes (1999), Simões (2004).
- Gramaticalização de pronomes e de expressões de tratamento: Freitas (1995), Omena / Braga (1996), Vitral (1996), Vitral e Ramos (1999), Ramos (2000, 2002), Salles (2001), Menon, Lambach e Mandarin (2003), Lopes (2003), Zilles (2002, 2005).
- Gramaticalização de advérbios: Cunha (1996), Vitral (2000), Braga, Silva e Soares (2001), Ramos (2002), Braga e Paiva (2003), Costa (2003).
- Gramaticalização de conjunções: Castilho (1997b), Barreto (1999, 2004), Pezatti (2000, 2001), Longhin (2003), Módolo (2004c).
- Gramaticalização de preposições: Viaro (1994), Baião e Arruda (1996), Macêdo (1997), Poggio (2002), Castilho et al. (2002), Castilho (2003a, 2004a, b), Kewitz (2004), Módolo (2004b).
- Gramaticalização de operadores discursivos e argumentativos: Risso (1993, 1996), Martelotta (1996), Martelotta e Rodrigues (1996), Martelotta e Alcântara (1996), Braga, Silva e Soares (2001), Souza (2001), Gorski et al. (2002), Tavares e Gorski (2002), Mago e Gorski (2002).
- Gramaticalização e organização funcional da sentença: Castilho (1997c).

- Gramaticalização e integração de sentenças: Cezário, Gomes e Pinto (1996), Dias de Moraes (1987), Ignácio e Hintze (2001), Módolo (2004a), Simões (2004).

Entende-se por gramaticalização a alteração das propriedades de um item lexical, ao longo da qual ele (i) passa por modificações em suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas, (ii) deixa de ser uma forma livre, (iii) estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema (CASTILHO, 1997a). Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente. É importante reter que na gramaticalização um domínio cognitivo fonte fundamenta o estágio A, que se altera para o estágio B igualmente motivado por um domínio cognitivo alvo. A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização.

Antoine Meillet foi o primeiro linguísta a estudar o processo da gramaticalização, situando-o no plano diacrônico. Ele propõe inicialmente a existência de três classes de palavras, as palavras principais, as palavras acessórias e as palavras gramaticais, indicando que entre elas há uma transição gradual. A esse processo de transição ele chamou *gramaticalização*, entendida como a “atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo” (MEILLET, 1912, p.131).

Essa transição implica no esvaimento tanto do sentido quanto da forma, de tal sorte que em dado momento uma palavra acessória se transforma numa palavra gramatical, podendo mesmo juntar-se a uma palavra principal para atribuir a esta um papel gramatical de que ela não dispunha previamente. Para exemplificar o processo, ele chama a atenção para os usos do verbo francês *être* como palavra principal (= verbo locativo), como palavra acessória (= verbo de ligação) e como palavra gramatical (= verbo auxiliar, que pode combinar-se com o próprio *être*). A exemplificação de Meillet leva a crer que por gramaticalização se pode entender tanto um processo diacrônico, isto é, a derivação de usos “acessórios” e “gramaticais” de um uso “principal”, quanto um processo sincrônico, isto é, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte do tempo.

Durante o Estruturalismo, o debate sobre a gramaticalização conheceu certo refluxo, rompido por Hodge (1970) e Givón (1971, 1979). Hodge tinha admitido dois estágios: (i) sintaxe forte e morfologia fraca, e (ii) sintaxe fraca e morfologia forte. Ele criou o slogan “a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”. A idéia dos estágios da gramaticalização passa a retornar com bastante frequência na literatura.

Givón (1971, p.413), parece estar dialogando com Hodge (1970) e Lehman (1982) quando, já nos quadros da Gramática Funcional, ele declara que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”. Essa formulação recebeu,

posteriormente, o seguinte aditamento: “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (GIVÓN, 1979, p.208-209). Surgiu assim a escala *Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero*. Para uma crítica a essa derivação, ver Castilho (2007).

Abordagem semelhante da gramaticalização ocorre na chamada Gramática Emergente, entendimento da gramática como um conjunto de parcelas “cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso” (Hopper, 1988, p.118). Neste trabalho, fica claro que Hopper não inclui na gramática as estruturas determinadas por atributos intrínsecos, fixando o olhar mais nas estruturas em estágio de constituição. A língua, portanto, é vista como uma atividade no tempo real, cujas regularidades são provisórias e continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono. Com isso, a rigor não existe gramática como um produto, mas sim a gramaticalização, como um processo. Sobre estágios, fases, princípios e gatilhos da gramaticalização, ver Castilho (1997a).

Um longo processo de gramaticalização produz categorias fixas, rígidas. Elas se tornam, por isso mesmo, antifuncionais. A cristalização de estruturas contraria a natureza mesma da língua, no que ela tem de criativo, de transitório, de re-elaborador. Lembrem-se, a esse propósito, os argumentos de Franchi (1977, p.32) em defesa da linguagem como uma atividade de permanente reformulação:

A linguagem na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebermos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. [...] A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais.

Considerações finais

A abordagem funcionalista opera com os processos que acabamos de enumerar, na descrição das classes de palavras e dos processos de construção.

As classes de palavras não foram entrevistas, portanto, como pontos numa estrutura abstrata, nem como uma sorte de “primitivos lingüísticos”. Recusando a idéia de que o léxico de uma língua reúne um conjunto de itens estáticos, “prontos para o uso”, os pesquisadores preferiram ressaltar seu caráter dinâmico, multifuncional, mutável ao longo de um texto, governados não pelas determinações do sistema, mas, entre outras motivações, pelo “contexto interacional do ato de fala”, na feliz formulação de Lavandera (1984, p.109).

Outro encaminhamento dessa questão está em reconhecer que a “teoria natural” tem mais poder explanatório do que a “teoria clássica” na identificação das categorias gramaticais. Ingressamos aqui no clássico tema da identificação das classes ou categorias gramaticais.

Segundo a teoria clássica, as categorias gramaticais se distribuem por conjuntos claramente separados, definidos por propriedades compartilhadas por todos os membros do grupo. A tradição gramatical do Ocidente se assenta nessa convicção, que atravessa igualmente a gramática portuguesa. Na base dessa tradição, está a crença de que a língua espelha o mundo mas com ele não se confunde, e suas categorias são definidas a partir de propriedades essenciais. Mais precisamente, a língua é feita de símbolos relacionados com as coisas. Com isso, as categorias gramaticais se distanciam da percepção do mundo que nos cerca, pois mente e corpo são aqui considerados como entidades independentes, sustentando-se ditas categorias como construtos sem a carne de que são feitos seus criadores, “desencorpando-se” a língua, por assim dizer (LAKOFF, 1975, p.8).

Segundo a teoria natural – que se generalizou sob o rótulo de Teoria dos Protótipos – não há limites claros entre as categorias, estabelecendo-se um continuum entre elas. Alguns membros compartilham traços comuns, constituindo-se em protótipos de sua categoria. Outros compartilham apenas alguns traços, integrando-se como elementos marginais de sua categoria. Estes, ao mesmo tempo, exibem características do “grupo ali do lado”, sublinhando a continuidade, a fluidez e a dinamicidade das categorias gramaticais. Para as teorias de categorização natural, categorizar significa eleger protótipos, a partir dos quais a realidade é organizada em classes de limites imprecisos (UNGERER; SCHIMIDT, 1996, p.1-59).

São dinâmicos, portanto, os itens lexicais em seus usos, e dinâmica é a categoria que precariamente os reúne. Os pesquisadores reconheceram na Teoria dos Protótipos um poder explanatório maior.

Um novo domínio de estudos poderá abrir-se, se considerarmos as línguas naturais como multissistemas complexos, mas isso já é matéria para outras considerações (CASTILHO, 2007).

CASTILHO, A. T. de. Theoretical foundations of the Spoken Brazilian Portuguese Grammar: on the second volume, word classes and constructions. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.99-135, 2007.

- *ABSTRACT: This paper deals with the main theoretical foundations of the Spoken Brazilian Portuguese Grammar, volume II, word classes and grammatical constructions.*
- *KEYWORDS: Grammar; spoken language; functionalism.*

Referências bibliográficas

- ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, Â. C. S. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v.8.
- APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas por Vicente Bécates Botas. Madrid: Gredos, 1987.
- BAIÃO, R. de B.; ARRUDA, J. Gramaticalização de *até*. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.251-260.
- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 4v. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BARRETO, T. M. M. Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional 'conforme'. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p.13-30.
- BÉCARES BOTAS, V. Introducción. In: APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas por Vicente Bécates Botas. Madrid: Gredos, 1987. p.9-70.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. v.1.
- BITTENCOURT, V. de O. Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil. *Scripta*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.39-53, 1999.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. et al. Des grilles pour le français parlé. *Recherches sur le Français Parlé*, Aix-en-Provence, v.2, p.163-205, 1979.
- BRAGA, M. L.; PAIVA, M. da C. de. Do advérbio ao clítico *é isso aí*. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.206-212.
- BRAGA, M. L.; SILVA, R. C. V. P. da; SOARES, S. M. *Aí e então* e a hipótese da trajetória universal. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001. v.1, p.13-24.
- BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. 2.ed. Tradução de Julián Marías. Madrid: Revista de Occidente, 1961.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CALLOU, D. I. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, 1992. v.1.

_____; LOPES, C. R. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*: materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: CAPES, 1993. v.2.

_____; _____ (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*: materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: CAPES, 1994. v.3.

_____; AVELAR, J. O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p. 85-100, 2001.

CARRETER, F. L. *Diccionario de terminologia lingüística*. Madrid: Gredos, 1968.

CASTILHO, A. T. de. Projeto de descrição do português culto na área paulista. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.4, p.73-78, 1969.

_____. Rumos da dialetologia portuguesa. *Alfa*, Marília, v.18/19, p.115-153, 1972/1973.

_____. El proyecto de estudio coordinado de la norma culta: formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal. In: SOLÁ, D. F. (Ed.). *Language in the Americas*: proceedings of the ninth PILEI Symposium. Ithaca: Cornell University, 1984. p. 161-165.

_____. Para o estudo das unidades discursivas do português falado. In: _____. (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989a. p. 249-280.

_____. Da Análise da conversação para a análise gramatical. *Estudos Lingüísticos*, v.17, p.219-226, 1989b.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1990a. v.1.

_____. O português culto falado no Brasil: história do projeto NURC/SP. In: PRETI, D.; URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1990. p.141-202.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1993. v.3.

_____. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 19, p. 25-63, 1997a.

_____. Língua falada e gramaticalização: o caso de *mas*. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v.1, p.107-120, 1997b.

_____. Para uma sintaxe da repetição: língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.22, p.293-332, 1997c.

_____. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALES, M.; CONTRERAS, C. (Org.). *Por los caminos del lenguaje*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1998. p.23-37.

_____. Notas sobre a gramaticalização de vez. In: MAIA, C. (Org.) *Miscelânea de estudos em homenagem ao Prof. Dr. José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

_____. Unidirectionality or multidirectionality? *Revista do GEL*, Araraquara, v. 1, p.35-48, 2004a.

_____. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização: contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2004b. p.203-230.

_____. Diacronia dos adjuntos adverbiais preposicionados no português brasileiro. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). *Estudos de lingüística histórica do português*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2005. p.73-110.

_____. *A língua falada no ensino de português*. 7.ed. São Paulo: Contexto; 2006.

_____. An approach to language as a complex system: new issues on language change. 2007. Texto apresentado ao 6º Seminário do Projeto para a História do Português Paulista. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: RAMOS, J.; ALCKMIM, M. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v.6. (no prelo)

_____; BASÍLIO, M. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.4.

_____; PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1986. v.1.

_____; PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1987. v.2.

_____ et al. Gramaticalização de algumas preposições no português brasileiro do séc. XIX. 2002. Comunicação apresentada ao 5º Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro. Ouro Preto, 2002.

CEZARIO, M. M.; GOMES, R.; PINTO, D. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.77-114.

CHAFE, W. *Meaning and the structure of language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

_____. (Ed.) *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

_____. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious in speaking and writing*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

COSTA, S. B. *Adverbiais espaciais e temporais no português: indícios de gramaticalização*. 2003. 3v. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.

CUNHA, M. A. F. da. Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.167-190.

DANES, F. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: _____. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Paris: Mouton, 1974a. p.106-128.

_____. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Paris: Mouton, 1974b.

_____. A static view and a dynamic view on text and discourse. In: HAJICOVA, E. et al. (Ed.). *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. v.1, p.185-199.

DIAS DE MORAES, L. C. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.7, n.1, p.395-407, 1991.

DUBOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, U. *Kant and the platypus: essays on language and cognition*. New York: Harcourt Brace, 2000.

FERREIRA, L. M. A. et al. Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p.135-153, 2000.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.22, p.9-39, 1992.

FRANCK, D. Sentenças em turnos conversacionais: um caso de 'double bind' sintático. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.11, p.9-20, 1981.

FREITAS, J. *Nós e a gente* em locuções formais. In: PEREIRA, C. da C. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.155-163.

GALVÃO, V. C. C. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.44-59, 2000.

_____. A referencição histórica de um processo de gramaticalização. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS, 2., 2002, Araraquara. MASSINI-CAGLIARI, G. (Org.). *Anais...* Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2002. p.75-84.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. Trad. de Cláudia M. Caon. São Paulo: Edusp, 1995.

GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. In: REGIONAL MEETING OF CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 7., 1971, Chicago. *Papers...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971. p.394-415.

_____. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, V. G. Gramaticalização: conceitos, causas e processos. *Caderno de Letras*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.91-104, 1994.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: em homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Parábola, 2007.

GORSKI, E. M. et al. Gramaticalização: discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.31, 2002. 1 CD-ROM.

_____. et al. Fenômenos recursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J.(Org.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.106-122.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, Baltimore, v.56, n.3, p.515-540, 1980.

- _____. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamin, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.2, p.37-81, 1966.
- _____. _____. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.3, p.199-244, 1967.
- _____. _____. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.4, p.179-215, 1968.
- _____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.) *Novos horizontes em lingüística*. Trad. de G. Cintra, C. Vogt, E. Lopes, J. A. Durigan e J. P. Paes. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1976. p.134-160.
- _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longmans, 1976.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to grammar-evidence from African languages. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.1, p.149-188.
- _____; HÜNNEMEYER, F.; CLAUDI, U. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HILGERT, J. G. (Org.). *A Linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ediupe; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. v.1.
- HODGE, C. T. The linguistic cycle. *Language Sciences*, v.13, p.1-7, 1970.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar and the a priori grammar postulate. In: TANNEN, D. (Ed.) *Linguistics in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1988. p.117-134.
- _____; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- IGNACIO, S. E.; HINTZE, A. C. J. Um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.25-36.
- ILARI, R. Delocutivos nós também temos, falô? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.10, p.81-86, 1986.
- _____. *Propriedades extensionais e intensionais dos adjetivos*. 1992. Texto apresentado ao 6º Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado, Campos do Jordão, 1992a.
- _____. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992b.

_____. (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992c. v.2.

JESPERSEN, O. *La philosophie de la grammaire*. Tradução de Anne-Marie Léonard. Paris: Minuit, 1971.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1.

KATO, M. (Org.). *Gramática do português falado: convergências*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.5.

_____. Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, n.esp., p.145-168, 1998.

_____; CASTILHO, A. T. de. Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.7, n.1, p.409-424, 1991.

KEWITZ, V. *Gramaticalização de ser e estar no período medieval e no século XIX*. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a.

_____. Os verbos ‘ser’ e ‘estar’ plenos no português arcaico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.31, 2002b. 1 CD-ROM.

_____. *Para a gramaticalização das preposições ‘a’ e ‘para’ no português brasileiro*. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil, Itaparica, 2004.

_____. *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro (sécs. XIX a XX)*. 2006. 152 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.6.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: REGIONAL MEETING OF CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 8., 1975, Chicago. *Papers...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975. p.183-227.

LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.

LEHMAN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien-Projects, 1982. v.1. Mimeografado.

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2003.

LYONS, J. *Semantics*. London: Longmans, 1977.

MACÊDO, A. M. N. de. *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa: período arcaico*. 1997. 2v. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____. *Gramaticalização de locuções prepositivas na história do galego e do português*. 2003. 3v. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MAGO, D. dal; GORSKI, E. M. Quer dizer: um elemento linguístico com múltiplas funções. In: VANDRESEN, P. (Org.). *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p.293-314.

MARCUSCHI, L. A. Análise da conversação e análise gramatical. *Boletim da ABRALIN*, v.10, p.11-34, 1988/1991.

_____. *Fala e escrita no continuum tipológico*. Recife: UFPe, 1997. Inédito.

MARQUES, M. H. D. *O vocabulário da fala carioca*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 1996. 8v.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTE-LOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.191-220.

_____.; ALCÂNTARA, F. Discursivização da partícula *né?*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.277-292.

_____.; LEITÃO, M. Discursivização do verbo *saber*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.293-302.

_____.; RODRIGUES, L. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.221-236.

_____.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: _____.(Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.45-76.

_____. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

MATTOS E SILVA, R. V. Resíduos arcaizantes em 1540: a propósito do uso variável de *ser/estar* e de *haver/ter* em estruturas possessivas no período arcaico do português. In: DUARTE, L. P. (Coord.). *Para sempre em mim: homenagem à professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 1999. p.234-245.

_____. *Estudos de gramaticalização na Bahia*. 2002. Comunicação apresentada à Mesa-redonda sobre gramaticalização, GT de Sociolinguística no 17º Encontro da ANPOLL, Gramado, 2002.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia: Rivista di Scienza*, Bolonha, v. 12, n. 26, p.6-12, 1912.

MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. 1999. 110p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

_____. (Org.). *Passando a palavra: uma homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Paulistana, 2007.

MENON, O. P. da S. et al. Alternância *nós/a gente* nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.96-105.

MÓDOLO, M. *Gramaticalização das conjunções correlativas no português*. 2004. 144p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.

_____. A gramaticalização da preposição 'de' na formação dos advérbios modalizadores delimitadores 'mais de', 'menos de', 'antes de'. *Estudos Lingüísticos*, v.33, 2004b. 1 CD-ROM.

_____. A gramaticalização da conjunção correlativa 'quer...quer'. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil, Itaparica, 2004c.

MOLLICA, M. C. *(De) que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

MOTTA, J.; ROLLEMBERG, V. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras/UFBa, 1994. v.1.

_____. *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras/UFBa: Brasília: CNPq, 2006. v.2.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/ gramaticalização. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p.125-134, 2000.

NASCIMENTO, M. do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.6, n.1, p.83-98, 1990.

_____. Gramática do português falado: articulação teórica. Conferência apresentada ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1993. Inédito.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. esp., p.71-104, 1999a.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas; Campinas: Editora da Unicamp, 1999b. v.7.

_____. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2.ed. rev São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

OMENA, N. P. de; BRAGA, M. L. *A gente está se gramaticalizando?* In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.75-85.

PEZATTI, E. G. *Portanto*: conjunção conclusiva ou advérbio? *Scripta*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.60-71, 2000.

_____. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção ? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.17, n.1, p.81-95, 2001.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*: uma abordagem funcionalista. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

_____. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.

_____. (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998.

_____. (Org.) . *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. (Org.). *Léxico na língua oral e escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

_____. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.

- _____. *Oralidade em diferentes recursos*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- _____; URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: TAQ; Fapesp, 1989. v. 3.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo:TAQ; Fapesp, 1990. v.4.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p.223-256.
- RAMOS, J. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma *cê*. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.) *Estudos de gramática portuguesa*. Frankfurt:TFM, 2000. p.181-190.
- _____. A alternância *não* e *num* no dialeto mineiro. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. (Org). *O dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2002. p.155-168.
- RISSO, M. S. 'Agora... o que eu acho é o seguinte': um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) . *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1993. v. 3, p.31-60.
- _____. O articulador discursivo 'então'. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.4, p.423-452.
- _____. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1, p.427-496.
- _____.; OLIVEIRA E SILVA, G. M.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1, p.403-426.
- SÁ, M. P. M.; CUNHA, D. A. C. da; LIMA, A. M.; OLIVEIRA JR., M. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Recife: diálogos entre informante e documentador*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996. v.1.
- _____.; LIMA, A. M.; CUNHA, D. A. C. da; OLIVEIRA JR., M. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Recife: elocuições formais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005. v.2.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A symplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, Baltimore, v.50, p.696-735, 1974.

_____. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v.7, n.1, p.9-73, 2003.

SALLES, M. *Pronomes de tratamento do interlocutor no português brasileiro: um estudo de pragmática histórica*. 2001. 246 f Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, A. S. da. A lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v.1, n.1/2, p.59-101, 1997.

SIMÕES, J. da S. *Gramaticalização, semanticização e discursivização das orações gerundiais no português brasileiro*. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil. Itaparica, 2004.

_____. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no Português Brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, M. T. As expressões *isto é, ou seja e quer dizer*. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.37-48.

SWEETSER, E.; FAUCONNIER, G. Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In: _____. (Ed.) *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p.1-28.

TAVARES, M. A.; GORSKI, E. M. Disputa por um lugar ao sol: conectores seqüência-dores na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. v.1, p.269-292.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. 2v.

UNGERER, F.; SCHMID, H.-J. S. *An introduction to cognitive linguistics*. London: Longmans, 1996.

VIARO, M. E. *Das preposições latinas às do português e do romeno: derivações semânticas*. 1994. 316 f Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VIARO, M. E. Sobre a presença de *tenuis* no Ibero-Romance. *Confluência*, Assis, v.4, p.269-277, 1995.

_____. *Por trás das palavras*. São Paulo: Globo, 2004.

VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.116-124, 1996.

_____. A evolução da negação no português brasileiro: sintaxe formal e gramaticalização. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de gramática portuguesa*. Frankfurt: TFM, 2000. p. 175-180.

_____; RAMOS, J. Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v.3, p.55-88, 1999.

VOTRE, S.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.5, n.2, p.169-184, 1989.

_____; _____. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.51-62.

WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: LOBATO, M. L. (Org.) *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.165-273.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v.8, n.3, p.297-310, 2002.

_____. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.17, n.1, p.19-53, 2005.

ZILLES, A. M. S.; MAZZOCA, P. da R. O papel dos fatores sociais no processo de gramaticalização de ‘*a gente*’. 2000 Comunicação apresentada ao 4º CELSUL, Curitiba, 2000.